



# ESCRavidÃO E PATRIARCADO NA FICÇÃO DE MARIA FIRMINA DOS REIS

## SLAVERY AND PATRIARCHY IN MARIA FIRMINA DOS REIS' FICTION

Eduardo de Assis Duarte<sup>1</sup>

*Resumo:* Primeira afrodescendente a publicar um romance no Brasil e, possivelmente, em toda a América Latina; e primeira autora de romance abolicionista na língua portuguesa, Maria Firmina dos Reis (1822-1917) antecipa em muitos aspectos a Negritude do século XX. Em *Úrsula* (1859), além de subverter a *doxa* ocidental que relegava o negro à condição de ser infrahumano, a autora articula a interseção entre *gênero* e *etnicidade*, a fim de representar patriarcado e escravidão como faces da mesma moeda. O presente trabalho relaciona a autora ao surgimento das narrativas da diáspora negra nas Américas e busca refletir sobre sentido e a importância do romance na literatura brasileira do século XIX.

*Palavras-chave:* Maria Firmina dos Reis; patriarcado; escravidão

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG/CNPq). E-mail: eduardoassisduarte@gmail.com. Eduardo de Assis Duarte integra o Programa de Pós-graduação em Letras, Estudos Literários e o Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Alteridade - NEIA, da Faculdade de Letras da UFMG. Autor de *Jorge Amado, romance em tempo de utopia* (1996), *Literatura, política, identidades* (2005), e organizador, entre outros, de *Machado de Assis afrodescendente – escritos de caramujo* (2007), e da coleção *Literatura e Afrodescendência no Brasil – antologia crítica* (4 vol., 2011). Coordena a Comissão Editorial do Portal **literafro**, com informações biobibliográficas, críticas e excertos de dezenas de escritoras e escritores negros brasileiros – disponível no endereço: [www.letras.ufmg.br/literafro](http://www.letras.ufmg.br/literafro).

---

Abstract: *First Afrodescendant woman to publish a novel in Brazil and, possibly, in all Latin America; and first author of an abolitionist novel in the Portuguese language, Maria Firmina dos Reis (b: 1822-d: 1917) anticipates in many aspects the “Negritude” of the twentieth century. In *Úrsula* (1859), in addition to subverting the Western common belief that relegated the Colored to the condition of a subhuman being, the author articulates the intersection between gender and ethnicity in order to represent patriarchy and slavery as sides of the same coin. The present work relates the author to the emergence of the narratives of the black diaspora in the Americas and attempts to reflect on the meaning and importance of this novel in the Brazilian literature of the nineteenth century.*

Keywords: *Maria Firmina dos Reis; Patriarchy; Slavery.*

No momento em que rendemos homenagem a Maria Firmina dos Reis (1822-1917) por ocasião do centenário de sua morte, cumpre-nos acima de tudo revolver as páginas do livro da história, e não apenas para falar dos mais de 100 anos – e para muitas e muitos jovens, mais de 150 anos – em que seu pioneiro romance *Úrsula* (1859) ficou ausente de nossas bibliotecas e dos repertórios literários de milhões de leitoras e leitores de todo o país. Nesse momento de resgate, cumpre ir além da própria Firmina e do Brasil para mirar os ângulos obscurecidos do vasto arquivo em que se deposita a trajetória do ser humano há história. E, ao fazê-lo, lembrar os versos imortais do poeta Georg Foch – para quem “toda canção de liberdade vem do cárcere” – a fim de perceber a longa trajetória de opressão e de resistência que transcende as fronteiras e os séculos e confere ao enredo firminiano uma universalidade rara na ficção brasileira de seu tempo.

Patriarcado e escravidão surgem na história da humanidade feito irmãos siameses, filhos da propriedade e do estado autoritário, como nos lembram as hoje esquecidas lições de Engels. A ânsia de possuir e demarcar; de ocupar, explorar, depredar e, mesmo, saquear; enfim, de *tomar para si* – ou para seu *Rei* ou seu *Deus* – a fim de, ao final, legar a herdeiros de seu sangue e estirpe, é tão antiga quanto o primeiro *homo sapiens* que, nascido em África, dali se espalhou rumo ao Norte para depois transformar a propriedade na razão maior da existência. Assim se consolidaram feudos, burgos, impérios; se forjaram culturas e religiões: dos *pater familias* de outrora aos modernos pais da pátria, adoradores todos de deuses masculinos implacáveis em suas leis e punições. Ao longo do tempo, a hegemonia patriarcal se naturaliza e conforma a mulher ao estatuto de segundo sexo (Beauvoir), ao mesmo tempo em que as populações não ocidentais ou cristãs são taxadas de primitivas e, mesmo, infra-humanas como forma de justificar seu encarceramento e escravização em favor da

---

expansão capitalista rumo às Américas e demais territórios cobiçados pelos impérios europeus.

Patriarcado e escravidão estão na base da empreitada colonizadora da qual não escaparia o chamado Novo Mundo. E para que o mandonismo senhorial – sempre em nome de Deus e do Rei – se consolidasse nos corações e mentes até mesmo de suas vítimas, fez-se da palavra *discurso*, do verbo a *Verdade*. E nesse ponto entramos nós, homens e mulheres de letras. Da *Carta de Caminha* e demais cronistas colonizadores, aos *Sermões* de Vieira e às *Cartas* escravocratas de José de Alencar publicadas na imprensa, passamos por *O Guarani* e *Iracema*, ao lado do *Demônio familiar* e da *Escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães, que tivemos que ler em nossos bancos escolares e, pior, repetir e repetir a tarefa como professores de literatura.

Nesse contexto, não custa lembrar a celebração alencarina do patriarca e do patriarcado em *O Guarani*, na medida em que o narrador não apenas entroniza Dom Antônio de Mariz como herói, mas confere endosso ideológico ao poder e à autoridade absolutos do “senhor de baração e cutelo”. Ao fazê-lo, a narrativa de Alencar não diferencia os usos correntes do baração, instrumento utilizado tanto para o aprisionamento do gado ou das feras encontradas nos matos, prendendo-os pelo pescoço, quanto para cercear os movimentos dos escravizados, possibilitando até mesmo levá-los ao enforcamento. Impossível não lembrar nesse momento da antológica passagem de *Doze anos de escravidão*, de Solomon Northrup, em que o autor vê de perto a morte ao ter o pescoço preso num baração atado ao alto de uma árvore.

Mas o mundo gira e, como disse o poeta, as canções de liberdade nascem dos sótãos e porões onde a injustiça, a violência e a morte mostram suas faces. O mundo gira e nos faz chegar a Maria Firmina dos Reis. E, ao lado dela, a um punhado de outras mulheres negras que se dispuseram a fazer da palavra escrita instrumento não só de entretenimento, mas também de denúncia e de resistência. Lembro então dos poemas da africana escravizada Phillis Wheatley (1753-1784), que inaugura a escrita feminina negra na língua inglesa em 1773; e, também, da afro-caribenha Mary Prince (1788-18..?), nascida e escravizada nas Bermudas que, após escapar do cativo e chegar à Inglaterra, publica em Londres, em 1831, seu livro de memórias, considerado o “primeiro relato pessoal de uma mulher escravizada impresso no Reino Unido.” (CAMARU, 2017). Ainda no campo do memorialismo, não se pode deixar de mencionar Harriet A. Jacobs, também nascida e escravizada na Carolina do Norte em 1813,

---

e que, depois de anos de suplícios e seguidas fugas, publica sob o pseudônimo de Linda Brent sua autobiografia, 1861, dois anos depois de *Úrsula*.

Adentrando no campo da ficção, impõe-se mencionar a afro-americana Frances Ellen Watkins Harper (1825-1911), ficcionista, poeta e jornalista, que, a partir de 1859, adota o pseudônimo de “Jane Rustic” e publica na imprensa uma série de textos abolicionistas denominados “Fancy Sketches”, em que expõe a desumanidade da escravidão. Militante da causa negra, Frances Harper é considerada a “mãe do jornalismo afro-americano”, sendo também destacada como a primeira mulher negra a publicar um conto nos Estados Unidos – “The Two Offers” –, que saiu em 1859 no periódico *Anglo-African Magazine*. E não podemos esquecer de Harriet E. Wilson (1825-1900), autora de *Our Nig: Sketches from the Life of a Free Black*, também de 1859, considerado o primeiro romance de autoria feminina e afrodescendente da língua inglesa.

Já no contexto do chamado abolicionismo branco, impõe-se destacar a cubana Gertrudis Gómez de Avellaneda (1814-1873), com seu romance *Sab* (1841), publicado na Espanha e proibido em Cuba; o conhecido *A cabana de Pai Tomás* (1851-52), de Harriet Beecher Stowe (1811-1896); o folhetim *La família del comendador* (1854), da argentina Juana Paulo Manso de Noronha, que tem como cenário o Brasil; além das narrativas de Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885), autora do primeiro romance brasileiro de autoria feminina – *Dedicação de uma amiga*, de 1850 – e de várias crônicas e narrativas menores dedicadas ao abolicionismo, em especial “Páginas de uma vida obscura”, publicado em capítulos na imprensa no ano de 1855.

Em praticamente todos esses textos, a representação do modo de produção escravista se empenha, em graus e níveis distintos, é claro, em expor também as chagas da submissão feminina, num instigante entrelaçamento discursivo entre abolicionismo e feminismo. Mas em nenhum deles a interseção entre etnicidade, gênero e condição social se explicita tão fortemente como em *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis. E podemos aqui levantar a hipótese de ser essa contundência, sem dúvida alguma militante, uma das causas do secular silenciamento imposto ao livro, excluído até hoje dos manuais de história da literatura brasileira. Além de ser o primeiro romance abolicionista da língua portuguesa escrito por uma mulher, em bem poucos enredos brasileiros do século XIX o enquadramento, quase sempre silencioso, da mulher nas teias do poder patriarcal se coloca de forma tão explícita. *Úrsula* se aproxima de clássicos universais da narrativa ficcional ao destacar em praticamente todos os passos

---

do enredo os efeitos deletérios do absolutismo senhorial como ponto de partida das ações.

Isto já pode ser comprovado na própria cena de abertura, em que o negro Túlio salva a vida do jovem branco. Dominado pela melancolia, Tancredo cavalga a esmo até sofrer o acidente que o deixa inerte sob o sol escaldante que vai aos poucos consumindo suas energias até que os braços fortes do jovem escravizado o livram o perigo. E, já início, a narrativa estabelece para o leitor a elevação de caráter de quem, mesmo submetido aos grillhões do cativo, não titubeia quanto à urgência de seu gesto humanitário. Logo em seguida, o branco recupera aos poucos os sentidos e reconhece naquele negro o homem íntegro que o salvou. E, num gesto inédito no padrão dominante entre o estamento senhorial, aperta a mão de Túlio, dando mostras de ser o “novo homem” almejado pelo feminismo abolicionista da autora. Assim, ao fazer do negro – primeiramente Túlio e, em seguida, Mãe Suzana – referência e verdadeiro paradigma moral da narrativa, o discurso firminiano explicita seu lugar de fala, posicionado num ponto de vista interno ao Outro e identificado à subalternidade a todo o tempo denunciada na narrativa.

No discurso do narrador onisciente, o negro é, pois, *parâmetro de elevação moral*. Tal postura inverte os valores da sociedade escravocrata e polemiza ainda com as teorias “científicas” a respeito da “inferioridade natural” dos africanos. Assim fazendo, o discurso do romance mostra-se, desde o início, comprometido com a dignificação do personagem, ao mesmo tempo em que expressa com todas as letras qual o território cultural e axiológico que reivindica para si: o da afrodescendência empenhada em se contrapor à razão negra então hegemônica. Esse pertencimento se traduz ainda na simpatia que o texto devota a Túlio e aos demais personagens submetidos ao cativo, conforme estamos a demonstrar. Desde modo, o discurso de Maria Firmina dos Reis se posiciona nos antípodas da doxa eurocêntrica e bate de frente com o *alterocídio* mapeado pelo filósofo camaronês Achille Mbembe, que traz em si toda a carga histórica de *etnocídio* e, também, de *epistemicídio*.

A autora rompe corajosamente com o discurso racista hegemônico no Ocidente desde a Idade Média e que adentra à modernidade movido pela voracidade da expansão capitalista e colonial. Para Achille Mbembe, tal discurso constitui a chamada *razão negra ocidental*, que relega os africanos a seres infra-humanos dominados pelos instintos. Em verdade, o livro de Achille Mbembe apenas mapeia e ratifica algo já conhecido. Do ponto de vista histórico,

---

está estabelecido que, da mesma forma que o Oriente sempre foi uma construção do Ocidente, para ficarmos nos termos de Edward Said, o negro, tal como representado na Europa, sempre foi uma construção do branco interessado em explorá-lo.

Para tanto, basta recordarmos as afirmações de Hegel, na *Fenomenologia do espírito*, de 1807, e nas *Lições de filosofia da história universal*, vindas a público duas décadas mais tarde. As *Lições* hegelianas simplesmente excluem a África do “Espírito Universal”, isto é, do mundo civilizado, pela suposta incapacidade de seus habitantes em atingir a “Ideia da razão”. Vista etnocentricamente como “mundo criança, envolto na negrura da noite”, estaria mergulhada na ignorância e no canibalismo, sem cultura e sem religião, submersa na “arbitrariedade sensual” que aproxima humanos de animais. Assim, enquanto “espécie vacilante” entre essas duas formas de vida – a humana e a animal –, o negro construído pela narrativa hegeliana figuraria como “estátua sem linguagem” e sem “consciência de si”, portanto “desprovida de universalidade”. Para Achille Mbembe, todo esse discurso nada mais é do que fruto de uma “relação imaginária com a África”, sustentada por uma “economia ficcional” (MBEMBE, 2014, p. 29 et seq.).

É evidente que tal manipulação, historicamente interpretada como verdadeira, escondia atrás de si interesses políticos e econômicos vinculados ao estabelecimento, sobretudo nas Américas, da colonização amparada no trabalho forçado, seja dos povos autóctones, seja de africanos traficados. Em sua *Fenomenologia do espírito* Hegel idealiza o escravizado como aquele que entrega a liberdade para não perder a vida, conferindo-lhe uma espécie de “livre arbítrio” sobre o próprio futuro, como se essa opção existisse de fato e de direito para os milhões de africanos deportados rumo às Américas. Em outro escrito de sua autoria, a *Filosofia do direito* (1821), acrescenta o filósofo:

Se um homem é um escravo, sua própria vontade é responsável por sua escravidão, assim como é sua vontade a responsável pela sujeição de um povo. Portanto, a injúria da escravidão não se deve simplesmente a escravizadores ou conquistadores, mas também aos próprios escravizados e conquistados. (apud BOOK-MORSS, 2011)

Os excertos citados, largamente conhecidos, falam por si e dispensam maiores considerações. Fiquemos por aqui em termos de discurso eurocêntrico. A essa vertente branca da *razão negra* contrapõe-se uma segunda, escrita de próprio punho, e resultado de uma *consciência negra do negro*, em que esse luta

---

para resgatar, ativar e reatualizar suas tradições, sua memória. Para reencontrar, enfim, a “verdade de si”, sempre “a partir de seu próprio território” (MBEMBE, 2014, p. 60-61). A nova corrente se fortalece nos abolicionismos do século XIX, mais tarde no anarquismo, no marxismo, e demais movimentos anticapitalistas. E o século XX vai assistir ao lento e progressivo vicejar de uma vasta rede mundial formuladora do imaginário negro moderno.

Mas antes disso, Maria Firmina dos Reis – mulher de seu tempo e de seu país – irmana-se a seus contemporâneos e contemporâneas do hemisfério norte, mas também da América Latina e do próprio Brasil, para inscrever sua discordância frente à razão negra ocidental. E Assim, o poder patriarcal é encenado na/pela perspectiva de suas vítimas. Se Túlio tem subtraída a liberdade por um sistema que o priva do livre arbítrio; Tancredo, embora branco e livre, sente o peso da autoridade senhorial, que não hesita em trair o amor e a confiança do próprio filho, mandando-o para longe com a ardilosa intenção de seduzir a mulher que este amava e com quem tencionava se casar. Tudo isto pode soar ingênuo e risível aos olhares de hoje, mas há um século e meio atrás, vigorava como *leit motif* romântico louvado em todas as literaturas. Misto de incesto e pedofilia, o mesmo se repete com o tio de Úrsula, vilão do romance. Além de escravizar, torturar e assassinar os negros, que não considerava seres humanos, o Comendador investe com a mesma prepotência sobre a sobrinha, a esta altura já apaixonada por Tancredo. E tudo isto depois de deixar a própria irmã entrevada anos e anos num leito após tramar a morte do próprio cunhado. Ao final, o Comendador não titubeia em matar Tancredo logo após a cerimônia de casamento deste com Úrsula como forma de demonstrar o absolutismo de seu desejo e a inviolabilidade da vontade patriarcal.

Neste sentido, Maria Firmina constrói uma trama em que o poder hediondo do senhor se abate sobre todos e não poupa ninguém: a mulher, o escravizado, e até o próprio herdeiro. E, mais uma vez, faz uso da dicção romântica hegemônica em seu tempo para encenar os dramas da subalternidade. E o faz apropriando-se do discurso cristão a fim de demarcar a violência patriarcal como pecaminosa. Na axiologia subjacente à trama de fortes tons folhetinescos – aliás, de fácil aceitação entre leitoras e leitores –, a violência patriarcal fere as leis do cristianismo tanto quanto a violência dos traficantes

---

que lucraram com a “mercadoria humana” trazida nas “sepulturas” em que foram transformados os porões dos navios negreiros.

E é o que fica explícito quando a narrativa dá espaço ao relato da africana Suzana, que ocupa todo o capítulo IX:

Tinha chegado o tempo da colheita, e o milho e o inhame e o mendubim eram em abundância em nossas roças. Era um destes dias em que a natureza parece entregar-se toda a brandos folgares, era uma manhã risonha e bela, como o rosto de um infante, entretanto eu tinha um peso enorme no coração. [...]

Ainda não tinha vencido cem braças de caminho, quando um assobio, que repercutiu nas matas, me veio orientar acerca do perigo iminente, que aí me aguardava. E logo dois homens apareceram, e amarraram-me com cordas. Era uma prisioneira – era uma escrava! Foi em balde que supliquei em nome de minha filha, que me restituíssem a liberdade: os bárbaros sorriam-se de minhas lágrimas, e olhavam-me sem compaixão. Julguei enlouquecer, julguei morrer, mas não me foi possível... a sorte me reservava ainda longos combates. [...]

Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é necessário à vida passamos nessa sepultura até que abordamos as praias brasileiras. (REIS, 2018, p. 102-103).

Dentre as cenas em que se representa o negro na literatura brasileira do século XIX, especialmente a mulher, essa é, sem dúvida, a mais impactante. O aprisionamento e o sequestro da preta Suzana adquirem a meu ver a mesma importância e o mesmo simbolismo da cena de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, escrita trinta e um anos depois, em que Machado de Assis coloca seu protagonista ainda criança montado nas costas do menino Prudêncio, para fazer dele uma cavalgada e, ao mesmo tempo, uma alegoria perfeita da situação do negro diante da escravidão: o pobrezinho é colocado de quatro e serve de montaria para o herdeiro da Casa-grande, que o agride e ainda o nomeia de “besta”.

Já Firmina adota outro tom, direto, e sem as sutilezas irônicas do discurso machadiano, quando relata a “brincadeira” do menino Brás: em *Úrsula*, quem fala em primeira pessoa é uma africana adulta, nascida livre, casada, mãe de família, habitante de uma comunidade estruturada, enfim, um ser humano sabedor de seus deveres e direitos no convívio com seus semelhantes. E que não hesita em chamar de “bárbaros” aos seus captores no momento em que perde “pátria, o esposo, mãe e filha” (REIS, 2018, p. 103). E, assim fazendo, não apenas assume a indignação própria do ser humano aprisionado injustamente, como também inverte o atributo de inferioridade



---

inerente à doxa presente na razão negra europeia: bárbaro é quem sequestra... bárbaro é quem escraviza.

O tom de confronto com o pensamento hegemônico não teria como ser mais explícito. Não custa lembrar que esta é a primeira vez em que a captura e a escravização de africanos são representados na literatura brasileira, sendo *Úrsula* o gesto inaugural de toda uma linhagem abolicionista em nossas letras. Publicado há mais de século e meio, o romance se destaca pela contundência com que expõe os métodos de abordagem daqueles que transformam seres humanos em mercadoria e força de trabalho submissa. A diegese, o tom, e a própria escolha vocabular explicitam a perspectiva autoral, identificada aos sofrimentos das vítimas.

Os agentes do “comércio nefando” a serviço dos interesses mercantis e coloniais europeus são prontamente classificados como desumanos num desmascaramento da imagem civilizatória ostentada pelos colonizadores nas narrativas que circulavam desde o século dos descobrimentos. Já a mulher transformada em “peça” tem destacada a sua humanidade e a organização social que é obrigada a abandonar: “pátria, esposo, mãe e filha” (REIS, 2018, p. 103). Assim fazendo, o romance se instaura como fenômeno até então inédito na literatura brasileira. Pela primeira vez em nossas letras, a África é tematizada e surge como *espaço de civilização* em que o individual e o comunitário se harmonizam, em que se planta e se colhe, se casa e se fazem filhos, em que existem valores e sentimentos de família e de pátria. Espaço esse subitamente invadido por traficantes a serviço do aspecto mais nefasto da expansão europeia, embora corriqueiro desde o início dos descobrimentos.

Além da África – e, sobretudo, a agressão sofrida por seus habitantes –, outro espaço também surge pela primeira vez na literatura brasileira: o porão do navio negreiro. Descrito em detalhes, este lugar submerso na dor é o palco onde se expõem os métodos adotados para atender aos reclamos dos acorrentados – mulheres e homens famintos e sedentos:

Davam-nos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos. (Ibid., p. 103).

O ímpeto de denúncia evidencia-se tanto na crueza do sumário quanto no apelo ético. Em ambos, uma inédita voz narrativa em primeira pessoa expressa o drama das

---

vítimas a fim de acusar e julgar seus sequestradores. Este *eu* negro subjugado logo se transmuta num *nós* a fim de ampliar a ancoragem histórica do enredo. Explicita-se tanto o empenho de *informar* pela via do romanesco quanto o de narrar *de dentro do problema*, com vistas a configurar outra interpretação e outro sentido para o regime que se constituía em fundamento central do modo de produção adotado pelo expansionismo colonial nas Américas. Seguindo esse propósito, o tom da narrativa se aproxima da oralidade. E, apesar de castiço – exigência da norma literária de então –, apela, entre outros, às reiteraões nominais e verbais, objetivando o reforço da verossimilhança. A estratégia é bem sucedida e marca em cores vivas tanto o discurso da personagem, que ganha foros de testemunho, quanto os próprios fatos narrados:

Nos dois últimos dias não houve mais alimento. Os mais insofridos entraram a vozear. Grande Deus! Da escotilha lançaram sobre nós água e breu fervendo, que escaldou-nos e veio dar a morte aos cabeças do motim.

A dor da perda da pátria, dos entes caros, da liberdade foi sufocada nessa viagem pelo horror constante de tamanhas atrocidades.

Não sei ainda como resisti – é que Deus quis poupar-me para provar a paciência de sua serva com novos tormentos que aqui me aguardavam. (Ibid., p. 103).

A narrativa de Mãe Susana mescla o relato do aprisionamento e da resistência com o poder judicativo do discurso antiescravagista de Firmina. O texto reitera o libelo que debita ao colonizador não apenas o roubo de seres humanos, tratados por seus captores como “animais ferozes das nossas matas que se levam para recreio dos potentados da Europa” (Ibid., p. 103), mas igualmente as atrocidades sofridas durante a viagem. Contra a barbárie se impõe a resistência, o que só atesta a humanidade dos prisioneiros, cientes do risco e do alto preço a pagar pelo protesto. De imediato, cabe ressaltar que o navio e seu porão configuram-se como *lugares de memória*, conforme nos ensina Pierre Nora. Para ele, a “razão de ser fundamental” do lugar de memória é “parar o tempo, bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial – o ouro é a única memória do dinheiro – prender o máximo de sentido num mínimo de sinais.” (NORA, 1993, p. 22).

Ao nomear o porão como “sepultura”, o texto de Maria Firmina ecoa a designação de “túmulo” para o navio utilizado na condução da “mercadoria humana”. Segundo Nei Lopes, tal nomeação “alude às condições em que eram transportados os africanos escravizados para as Américas.” Derivado de “tumba”, remete ainda ao indivíduo responsável por levar os mortos à sepultura. (LOPES, 2004, p. 659). A inscrição conflui, portanto, para a constituição de um campo semântico marcado pelos signos da agonia e da

---

morte. Assim fazendo, o texto traz para a língua portuguesa a fala – e a perspectiva – do africano, fruto da escuta atenta de suas perdas: civilização, liberdade, pátria, família e, para muitos, a própria vida. E o faz sem perder de vista e, mesmo, enfatizando a perspectiva de quem sobreviveu para contar a história.

Sobressai de imediato a postura de *sujeito de rememoração*, na qual o pessoal se irmana ao coletivo. É o discurso do Outro fazendo ouvir a fala dos escravizados. O romance prossegue com o verismo da descrição sobrepujando-se à ficção propriamente dita. Com isto, o texto ganha em densidade histórica e humana, o que perde porventura em termos de aprofundamento psicológico dos personagens e do próprio andamento da trama, suspendendo-se esta para que se ouça a versão das vítimas. A narrativa da vida de Mãe Susana em África e de seu aprisionamento ocupa todo o nono capítulo, e foi inserida no texto justamente no momento em que se dá a alforria de um jovem cativo, a fim de relativizá-la como conquista da liberdade.

Em paralelo à denúncia da escravidão, o romance encena o triângulo amoroso formado por Úrsula, Tancredo e o tio Comendador, que surge como encarnação de todo o mal sobre a terra. Além de assassinar o pai e abandonar a mãe da protagonista durante anos entrevada numa cama, o Comendador compõe a figura sádica do senhor cruel que explora a mão de obra cativa até o limite de suas forças.

Esse tio velho e sem limites encena a paixão incestuosa cara ao *roman feuilleton*. Acrescentem-se ainda outras marcas do gênero ainda hoje caro ao grande público: a multiplicidade de tempos, espaços e ações; o maniqueísmo na construção dos protagonistas e do vilão; os sentimentos exacerbados, a aproximar amor e morte; a presença do remorso e da loucura como punição; o mito do amor à primeira vista (o amor tanto pode adoecer quanto curar); o império dos sentimentos, que leva a cenas típicas do Romantismo (a tristeza mata, a surpresa desagradável leva ao desmaio); tudo isto coroado por uma estratégia narrativa marcada por anúncios e presságios de toda ordem com o propósito de prender a atenção do leitor.

Ao final, enlouquecido de ciúmes, o Comendador mata Tancredo na própria noite do casamento deste com Úrsula, o que provoca a loucura e posterior falecimento da heroína e o inconsolável remorso que também leva o tio à morte, não sem antes passar pela libertação de seus cativos e pela reclusão

---

num convento. O texto descarta o *happy end* e opta pelos esquemas consagrados no romance gótico, a que se pode acrescentar a trajetória cheia de obstáculos a vencer.

O romance situa a escravidão num contexto de supremacia da vontade senhorial como poder absoluto. E percebe-se logo a inserção da mulher também como individualidade sequestrada e elemento submetido, em síntese, uma personalidade moldada para a obediência, numa inédita postura de *interseccionalidade* entre gênero e etnia. Úrsula é a típica mulher branca presa à propriedade da terra e à sua condição de órfã. Algo semelhante ocorre com sua mãe, cujo estar no mundo é agravado pela doença. Ao abrigar Tancredo e antever a possibilidade do enlevo amoroso que o ligará à filha, ela agradece a Deus pela chegada do possível noivo, única possibilidade de alterar seu destino e o da heroína. Por outro lado, pela voz do jovem mancebo, a autora aponta a “tirania” do casamento nos moldes estabelecidos pelo patriarcado escravocrata daqueles tempos como incapaz de gerar amor. Deste modo, o romance denuncia o triângulo social em cujo vértice se coloca a vontade do senhor como intocável, a oprimir os que estão sob sua tutela: a *mulher* e o *escravizado*.

É, portanto, como mulher e como afro-brasileira que a autora põe-se a narrar o drama da jovem Úrsula e de sua desafortunada mãe, ao qual se acrescentam os infortúnios de Tancredo e a tragédia de Túlio, Susana e Antero, que recebem no texto um tratamento marcado pelo já assinalado *ponto de vista interno*, pautado pela fidelidade à história não oficial da diáspora africana em nosso país. Essa solidariedade para com o oprimido é absolutamente inovadora se comparada àquela existente em outros romances abolicionistas do século XIX, pois nasce de uma perspectiva outra, pela qual a escritora, irmanada aos cativos e a seus descendentes, expressa seu pertencimento a este universo de cultura. A façanha da escritora maranhense ganha em amplitude se inserida no acanhado panorama do incipiente romance brasileiro das primeiras décadas do Romantismo.

Assim, entre a positividade e a ingênua bondade do jovem afro-brasileiro, a negatividade representada pela decadência do velho africano e o assédio permanente do poder patriarcal sobre a mulher indefesa, Maria Firmina abre espaço para o discurso de Mãe Susana, elo vivo com a memória do sofrimento e com a consciência subalternizada pelo regime. Espécie de *alter ego* da romancista, a Preta Suzana configura aquela voz feminina portadora da verdade histórica e que pontua as ações, ora com comentários e intervenções

---

moralizantes, ora como verdadeira pitonisa a tecer passado, presente e futuro nos anúncios e previsões que, por um lado, preparam o espírito do leitor e aceleram o andamento da narrativa e, por outro, instigam a reflexão e a crítica. Essa voz emerge, pois, das margens da ação para carregá-la de densidade, do mesmo modo que sua autora, que também emerge das margens da literatura brasileira para agregar a ela um instigante suplemento de sentido: o da afro-brasilidade.

Pode-se afirmar que esta lateralidade está em homologia com o próprio desempenho da intelectual afrodescendente, que vai aos poucos superando a exclusão a que foram relegados seus irmãos de cor, para desempenhar uma função *distinta e outra* na arena discursiva em que literatura, cultura e política se mesclam, em meio às tensões que vão construindo os vários rostos do país recém-saído da Independência. Ao antecipar o Castro Alves “poeta dos escravos”, cuja produção vai de 1876 a 1883, o Joaquim Manoel de Macedo de *Vítimas-algozes* (1869) e o Bernardo Guimarães da virtuosa *Escrava Isaura* (1875), para ficarmos na literatura antiescravagista mais conhecida, Maria Firmina dos Reis desconstrói não apenas a primazia do abolicionismo branco, masculino e senhorial. Não nos esqueçamos que esse discurso, com sua aura paternalista, ao fim e ao cabo prepara o terreno para as teses do “homem cordial”, de Sérgio Buarque de Holanda e outros, bem como da “democracia racial” freyreana. Ao estabelecer uma diferença discursiva que contrasta em profundidade com o abolicionismo hegemônico na literatura brasileira de seu tempo, a autora busca construir para seu texto um outro lugar: o da literatura afro-brasileira de autoria feminina.

## REFERÊNCIAS

- ALENCAR, José de. *O Guarani*. São Paulo: Ática, 1972.
- AVELLANEDA, Gertrudis Gómez de. *Sab*. Tomos I e II. Madrid: Imprenta Calle del Barco, 1841.
- BOOK-MORSS, Susan. Hegel e o Haiti. In: *Novos Estudos CEBRAP*, nº 90, Julho 2011. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002011000200010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002011000200010), acesso em 10/02/2014.
- BAQUAQUA, Mahomah Gardo. *Biografia e narrativa do ex-escravo afro-brasileiro*. Trad. de Robert Krueger. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.
- DUARTE, Eduardo de Assis. Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-brasileira. In: *Literatura, política, identidades*. Belo Horizonte: FALE-UFMG, 2005.
- FLORESTA, Nísia. *Dedicação d'uma amiga*. 4 v. Nictheroy: Typ. Fluminense de Lopes & C., 1850.

- 
- FLORESTA, Nísia. Passeio ao aqueduto da carioca; páginas de uma vida obscura. In: *Inéditos e dispersos de Nísia Floresta*. Org. Constância Lima Duarte. Natal: EDUFRRN, NCCEN, 2009.
- GUIMARÃES, Bernardo. *A escrava Isaura*. São Paulo: Ática, s/d.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do espírito*. Trad. de Paulo Menezes, com a colaboração de Karl-Heinz Effen e José Nogueira Machado. 7. ed. rev. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2002.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Lecciones sobre la filosofía de la historia universal (1837)*. Trad. José Gaos Madrid: Alianza Editorial, 1989.
- JACOBS, Harriet A. *Incidentes da vida de uma escrava contados por ela mesma*. Org. Jean Fagan Yellin. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- LOPES, Nei. *Enciclopédia brasileira da diáspora africana*. São Paulo: Selo Negro, 2004.
- MACEDO, Joaquim Manoel de. *Vítimas-algozes: quadros da escravidão*. 3. ed. Estudo introdutório de Flora Sussekind. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa; São Paulo: Scipione, 1991.
- MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Trad. Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2014.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Iara Aum Houry. In: *Projeto História*, nº 10, São Paulo, 1993.
- NORTHUP, Solomon. *Doze anos de escravidão*. Tradução Caroline Chang, posfácio de Henry Louis Gates Jr. São Paulo: Penguin Classics; Companhia das Letras, 2014.
- PRINCE, Mary. *A história de Mary Prince, uma escrava das Índias Ocidentais*. Tradução Alexandre Camaru. São Paulo: Livrus, 2017.
- REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. 7. ed. rev. Atualização do texto, contextualização histórica e posfácio de Eduardo de Assis Duarte. Belo Horizonte: PUC Minas: 2018. Apêndice: conto "A escrava".
- STOWE, Harriet Beecher. *A cabana do Pai Tomás*. Tradução Nélia Von Tempski-Silva. Curitiba: Juruá, 2011.
- WHEATLEY, Phillis. *Complete writings*. Ed. Vincent Carretta. New York: Penguin Books, 2001.
- WILSON, Harriet E. *Our Nig: sketches from the life of a free black*. Boston: Geo C. Rend, 1859

Nota do editor:

Artigo submetido para avaliação em: 24/04/2018.

Aprovado em sistema duplo cego em: 21/05/2018.